

## ALVIN PLANTINGA E O PROBLEMA DO AVAL: A POSSIBILIDADE DA CRENÇA CRISTÃ COMO CONHECIMENTO

ALVIN PLANTINGA AND THE PROBLEM OF EVIDENCE:  
THE POSSIBILITY OF CHRISTIAN BELIEF AS KNOWLEDGE

Wellington Carvalho de Macedo\*

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo central de descrever o aval como critério da fundamentação da racionalidade da crença cristã na filosofia de Alvin Plantinga. Seguindo essa perspectiva, o texto defende a relevância do tema para a epistemologia da religião e descreve como Plantinga arquiteta seu modelo avalizador que, por sua vez, é assumido como condição de possibilidade para que os conteúdos universais da crença cristã possam ser caracterizados como uma forma de conhecimento e não simplesmente como superstição religiosa vulgar. No primeiro tópico, apresentamos os dois conjuntos de objeções à crença cristã tratados por Plantinga dos quais as críticas feitas por Freud e Marx se destacam com maior grau de relevância. No segundo tópico, descrevemos os elementos fundamentais do Modelo Aquino/Calvino (A/C), apresentado por Plantinga como sistema epistêmico sob o qual uma crença tem aval e, por conseguinte, torna-se conhecimento. Por fim, no terceiro tópico, tratamos sobre a extensão do Modelo A/C para os conteúdos universais da crença cristã e analisamos em que medida, de acordo com o filósofo, é possível defender que esses mesmos conteúdos são epistemicamente avaliados. Acreditamos que as análises propostas por Plantinga colaboram no aprofundamento da compreensão da crença cristã de tal modo a se resgatar, inclusive, a essência do modo próprio do cristianismo de fundamentar a fé que é a busca pela verdade.

---

\* Mestre em Filosofia pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia PUCRS e doutorando pelo mesmo programa. Esta pesquisa recebe financiamento CAPES/PROEX. E-mail: wellingtoncmacedo@hotmail.com. ID Lattes: 0438480112384356. ID Orcid: 0009-0008-4504-8418.

**Palavras-chave:** Plantinga; crença cristã; aval; justificação; modelo Aquino/Calvino.

**Abstract:** This article has the central objective of describing the warranted as criterion for the foundation of rationality of the Christian belief in the Alvin Plantinga's philosophy. Following this perspective, the text defends the relevance of the theme for the epistemology of religion and describes how Plantinga designs his evaluative model which, in turn, is assumed as a condition of possibility so that the universal contents of Christian belief can be characterized as a form of knowledge and not simply as vulgar religious superstition. In the first topic, we present the two sets of objections to Christian belief treated by Plantinga, of which the criticisms made by Freud and Marx stand out with a greater degree of relevance. In the second topic, we describe the fundamental elements of the Aquino/Calvino Model (A/C), presented by Plantinga as an epistemic system under which a belief is endorsed and, therefore, becomes knowledge. Finally, in the third topic, we deal with the extension of the A/C Model to the universal contents of Christian belief and we analyze to what extent, according to the philosopher, it is possible to defend that these same contents are epistemically endorsed. We believe that the analyzes proposed by Plantinga contribute to deepening the understanding of Christian belief in such a way as to rescue the essence of Christianity's own way of substantiating faith, which is the search for truth.

**Keywords:** Plantinga; christian belief; warranted; justification; Aquino/Calvino model.

## Introdução

Na história da humanidade, as diversas concepções religiosas sempre tiveram papel preponderante tanto no que se refere ao conhecimento quanto no que se refere a constituição sociopolítica das civilizações. De forma geral no contexto ocidental, a ideia de Deus e de sua vontade, objetivadas nas estruturas religiosas, sempre tutelou o desenvolvimento filosófico do conhecimento ora impulsionado o seu fazer, ora limitando o seu progresso e a sua abrangência. Do

mesmo modo, as máximas religiosas, principalmente as cristãs, desde sua popularização, buscaram determinar a ideia de sociedade influenciando, inclusive, as próprias estruturas sociais básicas de tal modo a se tornarem critérios imprescindíveis de legitimidade dos modelos econômicos, de regulamentação das leis, e da definição do tipo de poder que deve gerir as sociedades. Além disso, até a atualidade, várias pautas sociais e políticas são tratadas à luz da crença religiosa como, por exemplo, aborto, família legal, liberação das drogas, dentro outras. Vale ainda mencionar a relevância da crença religiosa nos ambientes políticos onde muitos alcançam o poder justamente por defenderem pautas religiosas. Nesse sistema de influências, as crenças religiosas não são apenas paradigmas morais senão que também são assumidas como verdades, ou seja, um tipo de conhecimento, verdadeiro e justificado.

Por isso, a questão religiosa não pode ser tratada como um tema de menor importância para a filosofia contemporânea, ainda mais diante de um quadro político ideológico conflitante. A crença religiosa não é apenas um fenômeno social, ela também é um formador de consciência e de cultura que atinge diretamente o modo de ser, pensar e agir dos seres humanos. É impossível, por exemplo, estudar o mundo ocidental sem considerar os princípios filosóficos e teológicos do cristianismo. Se é verdade, como atestou Husserl, que desde o século XX, vivenciamos uma crise das ciências, da filosofia e da humanidade no mundo ocidental, devemos considerar também uma crise cristã, já que foi especificamente em torno dessa crença que o mundo ocidental se desenvolveu nos últimos milênios. Desse modo, para buscar uma saída para o estado de crise ocidental, além da revisão filosófica e científica, faz-se necessário revisitar também as estruturas fundamentais do cristianismo.

O ponto de partida para tal atividade deve ser a análise de um possível fundamento que nos permita considerar como aceitáveis racionalmente as máximas da crença cristã, ou seja, encontrar um critério que demonstre que suas teses essenciais, aquelas que sustentam sua dogmática, sua estrutura e sua cosmovisão, são intelectualmente razoáveis, tão resistentes à superstição que podem alcançar o *status* de conhecimento. O que se quer saber é se, de fato, a base essencial do conjunto de crenças cristãs possui tal credibilidade epistêmica ou se trata-se apenas de um mero fundamentalismo religioso. Diante do exposto, nosso intuito não é promover uma *disputatio* ao estilo medieval de defesa dogmática do cristianismo, mas de avaliar seus fundamentos para clarear seus limites e possibilidades. Além disso, caso demonstrada uma base epistêmica razoável da crença cristã, há mais condições de se ilustrar os desvios de sua autêntica intencionalidade, não apenas os do passado, mas principalmente os do presente.

Portanto, nesse processo de confrontar o fundamento epistemológico das teses cristãs com a racionalidade contemporânea, a fim de constatar se há razões para entendê-las aceitáveis e, assim, considerá-las relevantes para um processo de superação da atual crise, tomamos a filosofia de Alvin Plantinga (1932), filósofo analítico norte-americano, que se dedica a estudar os fundamentos da epistemologia da religião cristã. Assim, abordamos neste artigo alguns aspectos da sua obra intitulada *Crença Cristã Avalizada* (2000). Nesta obra, o filósofo parte do princípio de que uma crença avalizada é conhecimento. Então, através do seu modelo calvinista-tomista, Plantinga busca demonstrar que a crença cristã possui aval e, por conseguinte, satisfaz os critérios elementares do conhecimento. Se isso é justificável, por um lado, temos o resgate do valor da crença cristã como fundamento social e, por outro, temos a legitimidade da possibilidade de

refutação racional de sua efetividade como é de direito realizar sobre todo e qualquer conhecimento.

## 1 O problema do aval

O movimento cristão adquiriu força e sistematização doutrinal quando, após ter seu direito ao culto assegurado por Constantino em 313, se tornou a religião oficial do Império Romano com o imperador Teodósio em 384. No processo de tornar-se uma religião organizada, os primeiros intelectuais da Igreja, chamados Santos Padres, buscaram no neoplatonismo uma estrutura racional para lançar as bases da compreensão cristã. Em seguida, muitos Concílios foram sistematizando as verdades da fé cristã edificadas sob os pilares da filosofia, principalmente da ontologia e da lógica. Mas, é no período da escolástica, cujo maior expoente é Tomás de Aquino, que a teologia cristã garante para si uma cientificidade rigorosa assumindo, inclusive, um patamar de dignidade acima das demais ciências<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Tomás de Aquino, ao tratar sobre a relação entre a Teologia e os demais saberes, diz a respeito desta: “A dita ciência, por ser especulativa a um respeito e a outro, prática, sobreleva a todas as demais, tanto especulativas como práticas. Pois, das ciências especulativas, uma é considerada mais digna que a outra, quer pela certeza, quer pela nobreza do assunto; e de ambos os pontos de vista excede esta ciência às outras especulativas. Quanto à certeza, porque as outras a têm pelo lume natural da razão humana, que pode errar, e a possui esta pela luz da ciência divina, que se não pode enganar. Quanto a nobreza do assunto, porque esta versa principalmente sobre matérias que, pela sua profundidade, ultrapassam a razão; considerando as outras só aquilo que se pode alcançar racionalmente. Das ciências práticas, mais digna é aquela que não é subordinada a um fim ulterior; assim, a civil supera a militar, pois, o bem do exército se subordina ao do Estado. Ora, o dom da doutrina sagrada, enquanto prática, é a eterna felicidade, para a qual se ordenam, como ao fim último, todos os outros fins das ciências práticas. Por onde, manifesto que, a todas as luzes, é mais digna que as outras. [...] Esta ciência pode receber o auxílio das filosóficas, não por lhe serem indispensáveis, mas para a maior clareza dos assuntos de que trata. Porém, das outras ciências não recebe os seus princípios, senão de Deus, por imediata revelação” (Tomás de Aquino, 1980, p. 6).

Nessa mesma perspectiva de preocupação com a justificação da crença cristã, o próprio movimento da Reforma do século XVI tem por princípio uma reformulação sistêmica de pontos frágeis, tanto da teologia prática quanto especulativa da Tradição, não abandonando o princípio racional em suas abordagens. Assim, pode-se dizer que em todas as suas ramificações clássicas, a crença cristã sempre esteve pautada por uma postura especulativa filosófica de busca por juízos verdadeiros e por uma racionalidade prática em função de um comportamento moral mais aprimorado. Portanto, para além dos atuais desvios supersticiosos e dos novos interesses das igrejas cristãs, é fato histórico que na essência da crença cristã sistematizada em conceitos há uma preocupação epistêmica, ou seja, está relacionada à busca pela verdade.

A partir desses elementos, Plantinga, filósofo expoente da chamada Epistemologia Reformada<sup>2</sup>, define o termo ‘crença cristã’ como o conjunto das asserções teístas, comuns a todas grandes igrejas cristãs a respeito do Deus Trino mais as asserções da revelação, aquelas proposições que abordam especificamente o tema da salvação do gênero humano através de Jesus Cristo, o filho de Deus. Definido o objeto de investigação, podemos sistematizar o problema a ser trabalhado: “uma crença desse gênero é intelectualmente aceitável? Em particular, é intelectualmente aceitável para nós, hoje? Para pessoas instruídas e inteligentes que vivem no século 21, com tudo o que aconteceu nos

---

<sup>2</sup> Portugal diz que: “A Epistemologia Reformada é uma posição dentro da abordagem analítica da relação entre religião e conhecimento, com ênfase especial na análise do teísmo cristão, que busca discutir a questão da racionalidade ou justificação da crença religiosa a partir da inspiração dada por João Calvino e outros representantes do pensamento cristão reformado. Trata-se de uma resposta à tendência predominante na epistemologia do teísmo de só aceitar que a crença em Deus seja justificada se for baseada em fatos ou argumentos aceitáveis universalmente. Além de Alvin Plantinga, o principal representante dessa proposta de pensamento, também se pode incluir Nicholas Wolterstorff (Universidade de Yale) e Michael Era (Universidade de Notre Dame) entre os epistemólogos reformados” (2007, p. 63).

últimos quatro séculos? (Plantinga, 2018, p. 17). De fato, os avanços científicos e tecnológicos dos últimos séculos modificaram completamente a cosmovisão do ser humano e como que colocaram a crença religiosa numa posição secundária, reduzida à esfera privada da vida, e não necessariamente ligada ao conceito de verdade. As explicações científicas parecem ter superado as teses cristãs tanto especulativas quanto práticas.

No século XXI, a crença cristã quase que foi reduzida a um costume, ou mera cultura religiosa, perdendo o *status* de uma compreensão filosófica epistemologicamente aceitável acerca dos elementos primordiais da existência em geral. Pensar Deus, a ordem da natureza, a salvação, dentre outros temas cristãos, sofreu fortes objeções principalmente nos ambientes acadêmicos. Dentro desse contexto, Plantinga aborda duas formas polidas de objeção à crença cristã. A primeira, ele chama de ‘objeção *de facto*’. De acordo com essa perspectiva, as teses que definem a crença cristã são tomadas, por princípio, como falsas ou improváveis porque não alcançam se quer uma comprovação mínima observável no mundo concreto. Por exemplo, uma crença cristã fundamental afirma que Deus é todo-poderoso, misericordioso e providente; porém, o sofrimento, principalmente daquele que é justo, reto ou inocente, coloca em descrédito tal máxima, pois seria a evidência de que o deus cristão não é todo-poderoso, nem misericordioso e tão pouco providente se permite sofrimentos injustos. Vale dizer que somente pode ser assumida como conhecimento válido, uma afirmação que tenha algum tipo de comprovação objetiva e universalizável<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Pode-se dizer ainda que “há outras versões da objeção *de facto*. Por exemplo, costuma-se dizer que Deus é um ser pessoal - i.e., uma pessoa sem um corpo; contudo, pensam alguns seguidores de Wittgenstein, não é possível ser uma pessoa sem um corpo. E ainda, supõe-se que Deus seja onipotente e onisciente; porém, algumas pessoas afirmam, não é possível haver um ser que tenha



Além disso, segundo Plantinga, as objeções de fatos também atingem outras teses cristãs fundamentais como, por exemplo, a da Encarnação, dizendo que não são lógicas ou que são totalmente falsas. No que se refere especificamente a crença na encarnação, diz-se que não há possibilidades reais para se acreditar na verdade em se dizer que um Deus, que tenha os atributos como os assumidos pelo cristianismo em sua definição, possa entrar no espaço-tempo. Ora, a argumentação de que a natureza divina ‘habitou’ na carne humana em Jesus de Nazaré, não possui fundamentação lógica, mesmo que se use o conceito de *Kénosis*<sup>4</sup>, pelo simples fato de que um ‘deus’ em estado de *kenótico* parece não ser mais um deus no sentido estrito do termo.

Além disso, propor que a morte de Jesus seja um ato de sacrifício místico capaz de expiar, por si só, os pecados de todo o gênero humano, sabendo-se que a moral depende do arbítrio de cada indivíduo, beira a um argumento falacioso. Há muitos exemplos que poderiam ser explicitados; porém, o que precisamos considerar é que as máximas cristãs não são conhecimento porque não possuem fatos probatórios. Em síntese, “as objeções *de facto* são, portanto, muitas, e gozam de uma história longa e marcante no pensamento ocidental” (Plantinga, 2018, p. 18).

A segunda forma de objeção, Plantinga chama de ‘objeções *de jure*’<sup>5</sup>, Esse tipo de objeção parte do ponto de que a crença cristã não dispõe de justificação

---

essas duas propriedades” (Plantinga, 2016, p. 46, grifo do autor). A conclusão é sempre: Deus não existe.

<sup>4</sup> Significado de *Kénosis*: “conceito cristológico que tem sua raiz e bases bíblicas em Fl 2,7: de Jesus Cristo se diz ali que “despojou-se (*heautón ekénosen*)”, tomando condição de vida humana das outras pessoas, fazendo-se obediente ao Pai até a morte de cruz. Significa por isso o “despojamento” de si operado pelo Filho de Deus no seu inserir-se na história dos homens até fazer a experiência da morte de cruz” (Dicionário Teológico Enciclopédico, 2003, verbete: *Kénosis*).

<sup>5</sup> Plantinga aborda duas posturas referentes à objeção *de jure*: “Em primeiro lugar, a objeção é oferecida por quem afirma a possível razoabilidade da fé cristã no passado, antes do surgimento



racional por sua própria estrutura conceitual e por causa das estruturas psicológicas específicas que são utilizadas em sua constituição. Além disso, esse tipo de objeção chega ao ponto de afirmar que a crença cristã possui uma moralidade nociva ao desenvolvimento psíquico saudável do ser humano. De forma geral, as várias objeções *de jure* defendem a impossibilidade de uma adequação entre as estruturas racionais que sistematizam um conhecimento válido e os conteúdos da crença cristã. Dentro desse contexto, para o filósofo, entre todas as objeções *de jure* que merecem, por assim dizer, credibilidade epistêmica, “há fundamentalmente três candidatas principais: que a crença cristã é injustificada, que é irracional e que não é avalizada” (Plantinga, 2018, p. 20, grifo do autor). Estas se destacam por não dependerem necessariamente de alguma objeção *de facto* como ponto de partida ou como legitimadora.

Nesse emaranhado de problemas, Plantinga se determina a analisar se a crença cristã pode ou não ser avalizada já que, pare ele, essa seria a questão central. De acordo com esta linha de raciocínio, tanto o problema da justificação quanto o problema da racionalidade podem ser melhor tratados caso haja nas bases da crença cristã um processo cognitivo e um ambiente epistêmico adequado, ou seja, garantias epistemológicas, que permitam apresentá-la como um tipo de conhecimento. Assim, a questão primeira não é defender se a crença cristã é verdadeira ou não, mas se é epistemologicamente possível.

---

da ciência moderna e do aprendizado sobre a evolução, a teoria da relatividade, a mecânica quântica etc. Contudo, dado o estado atual da ciência, não é mais possível para uma pessoa razoável e informada aceitar essa crença. [...] Em segundo lugar, a objeção *de jure* é apresentada por quem enfatiza o pluralismo da crença religiosa. Sempre houve muitos tipos diferentes de crença religiosa e mutuamente excludentes. Há o cristianismo, óbvio, mas também existe o judaísmo, o hinduísmo, o budismo, as várias religiões africanas, as religiões americanas nativas, e muitas outras. Além disso, algumas dessas crenças religiosas - o cristianismo, por exemplo - dividem-se em um grande número de facções conflitantes. Como, pois, pode ser razoável escolher dentre essas clamorosas pretendentes uma em particular?” (Plantinga, 2016, p. 47-48).

---

O ponto central é que, para Plantinga, as objeções de *jure* que caracterizam a crença cristã como injustificável ou irracional que estejam, de certo modo, ligadas às objeções de *facto* são insuficientes, pois não há como sustentar que a crença cristã é irracional sem uma evidência de que ela é falsa, e tal evidência não pode ser dada factualmente. Por exemplo, o mal no mundo não prova, de fato, que Deus, na perspectiva cristã, não existe, por isso não pode ser base para afirmar que a crença cristã sobre Deus é irracional<sup>6</sup>. Em consequência disso, a crença cristã somente poderá ser declarada desprovida do caráter de conhecimento caso o seu processo cognitivo e seu ambiente epistêmico sejam intelectualmente inaceitáveis.

Entretanto, o que precisamos analisar agora é que está longe de ser óbvio qual é exatamente a questão ou a objeção *de jure*; que questão (ou questões) os críticos têm em mente quando perguntam se a crença cristã e teísta é racional, ou racionalmente defensável, ou racionalmente justificável, ou seja o que for? Os críticos afirmam que a crença cristã não tem justificção racional, ou que não é racionalmente justificável: qual é, exatamente, a fraqueza ou o defeito que atribuem ao crente cristão? Qual é, exatamente, a questão? Vamos chamar essa investigação de 'metaquestão' (Plantinga, 2018, p. 91, grifo do autor).

---

<sup>6</sup> Ao confrontar a questão do mal e a existência de Deus em *Deus, Liberdade e o Mal*, Plantinga conclui: "O resultado, penso, é que não há qualquer bom argumento ateológico com base no mal. A existência de Deus nem é impedida pela existência do mal nem se torna improvável. É claro que o sofrimento e o infortúnio podem, apesar disso, constituir um problema para o teísta; mas o problema não é que as suas crenças são logicamente ou probabilisticamente incompatíveis. O teísta pode encontrar um problema religioso no mal; na presença do seu próprio sofrimento ou do sofrimento de alguém que lhe seja próximo, o teísta pode ter dificuldade em manter o que considera ser a atitude própria diante de Deus. Diante de grande sofrimento ou infortúnio, o teísta pode sentir-se tentado a rebelar-se contra Deus, agitando o seu punho na face de Deus, abandonando até a sua crença em Deus. Mas esse é um problema de dimensão diferente. Tal problema pede cuidado pastoral e não esclarecimento filosófico. A defesa do livre-arbítrio, contudo, mostra que a existência de Deus é compatível, tanto lógica como probabilisticamente, com a existência do mal; assim, resolve o problema filosófico principal do mal" (2012, p. 84).

A partir disso, estabelecidos os critérios da metaquestão, Plantinga identifica em Freud e Marx um projeto crítico eficiente contra a legitimidade da crença cristã como conhecimento. De forma breve, para Freud a religião tem um fundamento meramente psicológico e não de revelação divina propriamente dita. Ela nasce em face dos desejos humanos como, por exemplo, do desejo por proteção frente à vulnerabilidade que faz emergir a crença em um Deus que é Pai que ama e protege os humanos, seus filhos adotivos. A crença em um Deus Pai Todo-Poderoso, acaba por garantir aos seres humanos um princípio psicológico para o enfrentamento do medo dos perigos da vida e para a sobrevivência. Sobre essa conjuntura, Plantinga diz que “a ideia é que a crença teísta surge de um mecanismo psicológico que Freud denomina ‘realização de desejos’; o desejo, nesse caso, é o progenitor não de um ato, mas de uma crença” (2018, p. 160).

Em suma, se está comprovado que a religião surge de mecanismos psíquicos, sendo assim uma delusão, é racionalmente plausível que se rompa com esses mecanismos e se busque uma compreensão adequada cientificamente da vida e do seu drama. Um ser humano racionalmente desenvolvido, na óptica freudiana, não precisa mais buscar a satisfação/controle de seus desejos na religião, mas deve buscar soluções para seus problemas na ciência. Para Freud, defende Plantinga, a medida em que se comprova a gênese autêntica da constituição religiosa, não há mais razões para tomá-la como um princípio de compreensão de si, do mundo ou da história (Plantinga, 2018, p. 161).

Nessa esteira da filosofia da suspeita, Plantinga se reporta à compreensão de Marx a respeito da crença cristã. Plantinga avalia que para Marx a crença religiosa é uma espécie de justificação fantasiosa dos problemas reais que oprimem o ser humano. Uma tentativa de justificar situações concretas dramáticas e alcançar nessa fantasia coletiva um sentido que apazigue os

impulsos humanos. Isso significa dizer que a religião nasce de um erro de percepção de uma realidade caótica. Desse modo, se os problemas reais forem enfrentados e solucionados, a religião perderia sua utilidade concedendo espaço à justiça e à felicidade reais. Nesse sentido, para Plantinga, a tese de Marx parte da afirmação de que a crença religiosa nasce de processos cognitivos desordenados (Plantinga, 2018, p. 163).

Vale ressaltar que tanto Freud quanto Marx pautam suas críticas numa explicação naturalista da crença religiosa. O ponto central para eles não é propriamente se essa crença é verdadeira ou falsa, mas consiste em demonstrar que, por sua própria gênese, ela é em absoluto irracional, e nem se quer se pode evocar questões possivelmente sobrenaturais para justificá-la. Contudo, Plantinga começa o seu argumento de refutação das teses de Freud e Marx defendendo que submeter a crença cristã às críticas naturalistas não necessariamente acarreta em provas epistêmicas de sua não-verdade. Para o filósofo, possuímos faculdades mentais que, se utilizadas adequadamente, nos garantem a possibilidade de dispormos de crenças verdadeiras, mesmo que não haja uma prova material. Portanto, antes de qualquer juízo de valor sobre uma crença, é preciso analisar se há ou não garantias objetivas para sua credibilidade, ou seja, é indispensável conferir se o uso das faculdades cognitivas na sua sistematização avaliza o seu conteúdo como válido. Nesse contexto, Plantinga explica que:

[...] há pelo menos três maneiras pelas quais uma crença não seria um produto apropriado das nossas faculdades racionais: ela poderia ser produzida por faculdades disfuncionais, por processos cognitivos que visam a outra coisa que não a verdade ou por faculdades cuja função foi bloqueada e cancelada pela luxúria, ambição, avareza, egoísmo, luto, medo, baixa estima e outros estados emocionais. Assim, pode acontecer de uma crença não ser um produto apropriado das nossas faculdades racionais em razão de uma disfunção ou porque foi gerada por um

processo que não visava à produção de crenças verdadeiras (Plantinga, 2018, p. 171).

A partir desse ponto do argumento, fica evidente que as críticas de Freud e Marx têm em comum a objeção de que a crença cristã não dispõe de aval epistêmico, ou seja, não dispõe de critérios cognitivos que a validem como conhecimento<sup>7</sup>. Segundo Plantinga, para que uma crença seja avaliada, ela precisa satisfazer quatro critérios básicos. O primeiro diz que no processo de composição da crença as faculdades cognitivas devem funcionar apropriadamente, ou seja, cumprir seu propósito e sua função específicos. O segundo implica que tais faculdades funcionem nos ambientes que lhes são próprios, potencializando suas capacidades específicas. O terceiro obriga os processos cognitivos a se disporem de motivações genuínas em favor de conceber crenças verdadeiras e não podem ser pautados por outros interesses de menor relevância. Por fim, o quarto critério do aval é a condição de resolução pela qual os atos cognitivos conseguem captar os estados de coisas dos ambientes favoráveis aos mesmos atos, com alto grau de confiabilidade. Nesse sentido, “para

---

<sup>7</sup> Para Soares, “resumindo a querela de Freud e Marx, ou ‘querela F&M’, conforme o modo abreviado do autor se dirigir à questão: o argumento de Freud é que a crença religiosa é produzida por determinados processos cognitivos que não são dirigidos à verdade, mas sim à formação de crença com alguma outra propriedade; já para Marx, a crença religiosa é o produto de processos cognitivos que funcionam mal, ou seja, não estão eles mesmos em funcionamento próprio, por causa de uma consciencia pervertida de mundo e da alienação da consciencia pessoal. Ademais, no horizonte destas duas críticas, a fé cristã não possuiria aval epistêmico, tendo em vista que não satisfazem certas condições do aval. As condições de visarem à verdade e serem produzidas em um ambiente apropriado, respectivamente. Essas são, para Plantinga, críticas de jure contra o teísmo mais plausíveis e ao mesmo tempo distintas daquelas que são formuladas nos moldes evidencialistas — fundamentadas principalmente no fundacionalismo clássico. E desde que as objeções de Freud e Marx afirmam que a crença religiosa não é produzida por faculdades ou processos cognitivos que funcionam propriamente e que visam à verdade, temos aqui, em princípio, uma verdadeira objeção de jure à crença teísta: a crença teísta não possui aval epistêmico” (2019, p. 63).

chegar a um grau mais elevado de aval, a crença deve ser formada em um miniambiente em que possamos ter confiança de que o exercício dos poderes cognitivos que a produzem irão produzir uma crença verdadeira” (Plantinga, 2018, p. 181).

A partir disso, fica explícito para Plantinga que as objeções de *jure* de Freud e de Marx atingem justamente a possibilidade da crença cristã ser avalizada e por isso se tornam críticas filosóficas relevantes. Ora, Freud nega o aval da crença cristã na medida em que afirma que, embora nos seus processos cognitivos as faculdades funcionem adequadamente, elas não estão comprometidas com a busca de um conhecimento verdadeiro, mas tão somente com a satisfação de um desejo. Marx, por sua vez, nega o aval da crença cristã afirmando que seus processos cognitivos não funcionam de forma apropriada, pois captam a realidade de forma distorcida gerando uma alienação do real. Portanto, o que está em jogo aqui são as condições do processo cognitivo. Resta saber se a crença cristã se desenvolve a partir de um uso inapropriado das faculdades cognitivas ou se, ao contrário, ela possui aval para suas teses.

## 2 O modelo avalizador

Após considerar as dificuldades levantadas por Freud e Marx como guias de investigação filosófica, Plantinga arrisca-se a apresentar um modelo pelo qual, a princípio, a crença teísta e, em seguida, a cristã possuem aval. Trata-se do Modelo Aquino Calvino (A/C). O ponto de partida desse modelo é o fato de que tanto Tomás de Aquino quanto João Calvino pensam ser possível um

conhecimento natural de Deus.<sup>8</sup> A partir disso, podemos pensar que se for possível um conhecimento natural de Deus, deve haver um processo cognitivo adequado que garanta seus resultados. Nesse sentido, Plantinga diz que “para os nossos propósitos, a tese básica de Calvino é que há uma espécie de instinto, uma tendência humana natural, uma disposição, um impulso para formar crenças acerca de Deus sob várias condições e em diversas situações” (2018, p. 188).

Partindo dessa premissa, Plantinga assume o *sensus divinitatis*<sup>9</sup> como fundante do seu modelo de crença teísta avalizada. Sua tese é que possuímos capacidades inatas para formularmos crenças verdadeiras sobre Deus assim como temos condições para estabelecer outros tipos de conhecimento. No entanto, isso não significa que já nascemos com conceitos acerca da divindade, mas que podemos tê-los dentro de um processo de maturidade intelectual e a partir de estímulos específicos. Por exemplo, alguns fenômenos espetaculares da

---

<sup>8</sup> Vale conferir a seguinte explicação: “Aquino e Calvino concordam a respeito da afirmação da existência de um tipo de conhecimento de Deus (e quem poderia rejeitar alguma coisa a respeito da qual Aquino e Calvino estão de acordo?). Meu modelo se baseia na versão proposta de Calvino, não por pensar que Calvino seja preferível em relação a Aquino, mas porque se pode considerar sua proposta um tipo de meditação e desenvolvimento proveitoso do tema sugerido por Aquino. De acordo com Aquino: ‘Foi implantado em nós, pela natureza, o conhecimento geral e confuso da existência de Deus’. Nos capítulos iniciais de *A instituição da religião cristã*, Calvino concorda: há um tipo de conhecimento natural de Deus. Ele estende esse tema com sugestão a respeito de como as crenças a respeito de Deus podem ter garantia e consistir em conhecimento. Suas palavras podem ser vistas como um desenvolvimento da observação de Aquino” (Plantinga, 2016, p. 80). Nesta nota, onde lê-se *garantia*, pode-se substituir por *aval*, considerando a identificação do sentido no corpo geral do texto. Essa proposta segue as diretrizes de tradução do termo *warrant* apresentadas pelo Dr. Bruno Uchôa na *Nota a edição Brasileira de Crença Cristã Avalizada* citada nesse artigo.

<sup>9</sup> Soares explica que “o *sensus divinitatis*, conforme Plantinga o entende, é a afirmação de que há um tipo de instinto, uma tendência humana natural, ou ainda como que um impulso para crer em Deus sobre uma variedade de condições e dentre uma variedade de situações. Ou seja, o que Calvino chama de *sensus divinitatis* é, para Plantinga, uma faculdade ou mecanismo cognitivo que em uma ampla variedade de circunstâncias produz em nós crenças sobre Deus. O *sensus divinitatis* é, portanto, conforme o autor, uma fonte doxástica, isto é, uma fonte geradora de crenças que é responsável por gerar em nós crenças a respeito da divindade” (2019, p. 66, grifo do autor).



natureza seriam estímulos para a formulação da crença numa divindade criadora que, por conseguinte, permite inferir que essa divindade se deixa perceber na própria criação<sup>10</sup>. Nota-se que a crença teísta não é inferencial na origem, mas pode ser tomada como ponto de partida para inferências.

Nessa esteira, o *sensus divinitatis* funciona tal como qualquer outro mecanismo mental formador de crenças como, por exemplo, a razão, a memória ou a percepção. Assim, dentro de um ambiente adequado, a partir de estímulos próprios, seguindo seu propósito natural e coerente com a busca pela verdade, é que o *sensus divinitatis* se torna condição de possibilidade para a crença teísta básica: Deus existe. Segundo Plantinga, essa crença básica surge espontaneamente na consciência não sendo resultado de um processo argumentativo, seja dedutivo ou indutivo, mas apenas cognitivo<sup>11</sup>. Aliás, mesmo sem justificação epistêmica, essa crença básica é apropriada enquanto sua faculdade cognitiva funciona corretamente, em ambiente adequado e segundo seu propósito próprio o que lhe possibilita ser avaliada.

---

<sup>10</sup> Plantinga explica que “a ideia de Calvino é que o funcionamento do *sensus divinitatis* é desencadeado ou ocasionado por variadíssimas circunstâncias, incluindo em particular algumas das glórias da natureza: a beleza maravilhosa e impressionante do céu noturno; o estrondo e o rugido perpétuo das ondas do mar, que ressoam profundamente em nós; a grandeza majestosa das montanhas (as Cataratas do Norte, por exemplo, vistas da Passagem de Whatcom); a presença primeva e contemplativa do deserto australiano; o trovejar de uma cascata grandiosa. Mas, não é apenas a grandiosidade e a majestade que contam; ele diria o mesmo do jogo sutil da luz do sol em um campo primaveril, ou da beleza delicada e eloquente de uma flor minúscula, ou das folhas de um choupo que tremeluzem e dançam na brisa” (Plantinga, 2018, p. 191, grifo do autor).

<sup>11</sup> Soares pensa que “dizer que a crença teísta é propriamente básica é dizer que ela não precisa ser baseada em evidencia proposicional para ter um *status* epistêmico positivo, pois uma crença propriamente básica é uma crença que é o produto racional e apropriado de uma experiência ou algo similar. Porém, não ter base proposicional não significa que a crença em questão não tenha base racional ou ainda que seja infundada ou gratuita. Obviamente não há evidencia proposicional para a crença em Deus, mas ela ainda assim pode ser bem fundamentada, racional e justificada” (2019, p. 34, grifo do autor).

Há outro sentido em que uma crença pode ser apropriada ou inapropriadamente básica:  $p$  é apropriadamente básica para  $S$  nesse sentido se e somente se  $S$  aceita  $p$  de modo básico, e além disso  $p$  tem aval para  $S$  se for aceita desse modo. As crenças perceptivas são apropriadamente básicas neste sentido: tais crenças são tipicamente aceitas da maneira básica e muitas vezes têm aval (são muitas vezes produzidas por faculdades cognitivas que funcionam apropriadamente em um ambiente epistêmico adequado segundo um plano de desígnio que visa com êxito à verdade). O mesmo acontece com as crenças de memórias, as crenças *a priori* e muitas outras crenças (Plantinga, 2018, p. 195).

Contudo, é pacífico que nem toda a crença básica possui aval<sup>12</sup> já que as funções cognitivas podem funcionar inadequadamente ou o ambiente pode ser adverso para a cognição. Porém, Plantinga sustenta que somos naturalmente predispostos a formar crenças sobre Deus de forma básica já que o *sensus divinitatis* é, de fato, uma faculdade específica e natural para este tipo de conhecimento. Por isso, sabemos se nossas crenças teístas são ou não possivelmente verdadeiras dependendo do grau que elas alcançam nos critérios do aval. Nesse sentido, segundo o Modelo A/C, se submetermos nossas crenças básicas teístas a uma análise avalizadora e se ficar claro que tal crença é básica, que sua faculdade funcionou adequadamente, que o ambiente de constituição é adequado, e que tudo aconteceu dentro do propósito natural de busca pela verdade, essa crença é conhecimento. E, embora surja a possibilidade da sua negação, ao ser avalizada, a maior probabilidade é que se trate de uma crença verdadeira.

---

<sup>12</sup>Plantinga explica que isso “pode dever-se a uma disfunção cognitiva ou à obstrução que estados como a raiva, a luxúria, a ambição, o luto e outros semelhantes provocam nessa faculdade cognitiva; também pode ser porque o aspecto do plano de desígnio que rege a produção da crença não visa à verdade, mas a outra coisa (à sobrevivência, p. ex.), ou porque algo na cadeia testemunhal correu mal (um dos nossos amigos mentiu para nós), ou por outras razões ainda” (2018, p. 195).

No entanto, Plantinga salienta que a possibilidade do conhecimento natural de Deus se torna problemática na medida em que “o *sensus divinitatis* foi danificado e deformado; em razão da Queda, já não conhecemos Deus do modo natural e não problemático pelo qual nos conhecemos uns aos outros e ao mundo que nos rodeia” (Plantinga, 2018, p. 220, grifo do autor). Em suma, para Plantinga, essa perda da plena capacidade cognitiva de ter conhecimento sobre Deus deve-se ao ‘pecado original’ que prejudicou a capacidade do ser humano de perceber adequadamente a realidade e fez com que ele passasse a não mais necessariamente utilizar de suas capacidades racionais de forma autêntica e sincera em busca da verdade. Trata-se de uma condição de falibilidade cognitiva com a qual já se nasce.

Assim como na história da evolução, certos hábitos humanos foram condições de possibilidade para a aquisição de novos atributos ou da perda de certas características, na visão de Plantinga, o pecado gerou uma condição, poder-se-ia dizer, natural de “queda” da capacidade geral compreensão do ser humano. Em outras palavras, ao criarmos o hábito de escolher o que é bom e o que é o mau de forma autônoma, desenvolvemos a condição natural de podermos preferir o que objetivamente é mau em pleno desacordo com a vontade de Deus ou, se quisermos, com a própria lógica da situação. Apesar de não ser filosoficamente clara a explicação de como isso aconteceu e qual foi o ponto específico da subjetividade mais danificado (p.x. intelecto ou vontade), para Plantinga, o importante é que tal condição possui, de fato, efeitos *noéticos* que afetam com maior impacto o nosso conhecimento de Deus, de si e dos outros.

Em razão do ódio ou aversão por um grupo de seres humanos, posso considerá-los inferiores ou menos valiosos do que eu e os meus amigos mais bem-sucedidos. Em virtude da hostilidade e do ressentimento,

posso avaliar mal ou entender completamente ao contrário a atitude de alguém comigo [...]. Posso também não me dar conta do meu próprio pecado, ou vê-lo como menos grave do que é [...]. Porque não conhecemos a Deus, adquirimos uma perspectiva profundamente distorcida do que nós mesmos somos, do que precisamos, do que é bom para nós e de como o obter. Os efeitos noéticos mais sérios do pecado dizem respeito ao nosso conhecimento de Deus. Não fosse o pecado, e os seus efeitos, a presença e a glória de Deus seriam tão óbvias e incontroversas para todos nós quanto a presença de outras mentes, dos objetos físicos e do passado (Plantinga, 2018, p. 228-229).

A partir desses princípios, temos que assim como a razão afetada pela loucura não produz um juízo adequado sobre a realidade, o *sensus divinitatis* afetado pelo pecado pode não produzir uma crença, teísta ou cristã, avalizada<sup>13</sup>. Além disso, segundo Plantinga, o dano pode ser mais severo quando potencializado pela vontade do sujeito de viver uma vida diferente daquela que a crença cristã lhe propõe, ou ainda, quando o sujeito usa como fundamentação do seu pensar e agir testemunhos, no sentido epistemológico, que partem da convicção de que uma crença teísta é irracional.<sup>14</sup> Nesses dois casos, o *sensus*

---

<sup>13</sup> Neste ponto, Plantinga propõem uma reviravolta contra Marx e Freud. Agora, segundo o Modelo A/C, quem não possui a crença teísta é que não está dotado de todas as faculdades em bom funcionamento: “Como vimos, de acordo com Marx e os marxistas, a crença em Deus resulta de uma doença cognitiva, de uma disfunção. Da perspectiva deles, a crença em Deus é irracional; as faculdades racionais não funcionam como deveriam. Mas o Modelo Aquino e Calvino vira Freud e Marx de ponta-cabeça; nesse modelo, o descrente tem uma disfunção epistêmica; a falta da crença em Deus resulta de algum tipo de disfunção do *sensus divinitatis*” (Plantinga, 2016, p. 89, grifo do autor).

<sup>14</sup> Nas palavras de Plantinga: “Essa é apenas uma das maneiras pelas quais o pecado embarça os produtos do sentido da divindade. Outra maneira pela qual este último pode ficar comprometido é por meio do *testemunho* (que inclui não apenas o caso em que alguém chega correndo e me diz, sem fôlego, que a minha casa está em chamas, mas também todo o percurso desde como fui criado e aculturado por pais e colegas). Talvez eu tenha sido criado para pensar que Deus não existe de modo algum, que a crença em Deus resulta de mera superstição, pertencendo à infância do gênero humano. Talvez eu leia Don Cupitt (depois de ingerir alucinógenos) e passe a encarar os crentes sérios em Deus como figuras ridículas ou dignas de pena. Talvez eu tenha sido criado para pensar que a crença teísta séria é uma neurose obsessiva universal e comece a olhar para a humanidade crente com uma espécie de superioridade divertida” (2018, p. 230, grifo do autor).

*divinitatis* não alcança o conhecimento de Deus o que acarreta, inclusive, em outros problemas cognitivos tais como uma incompreensão sobre o sentido último do ser humano, da vida e do mundo. Isso porque, em Plantinga, os conceitos mais fundamentais alcançam seu sentido pleno quando há certa clareza quanto a procedência factual dos entes correlacionados, ou seja, o conhecimento de Deus ratifica o desvelamento do sentido último das coisas o que nos garante maiores condições de alcançarmos princípios fundamentais como a justiça, a beleza e a felicidade.

No entanto, mesmo que o pecado tenha danificado o *sensus divinitatis*, não é impossível que este formule crenças teístas dotadas de aval. Aliás a proposta do Modelo A/C busca demonstrar efetivamente que isto é possível. Porém, se para este modelo é necessário que as faculdades cognitivas estejam funcionando adequadamente parece plausível que a possibilidade do aval implique uma espécie de reparação no *sensus divinitatis*, e de certo modo, em todo o aparato cognitivo humano. Nesse ponto, Plantinga estende suas análises à especificidade da crença cristã que é uma espécie de teísmo mais bem elaborado. Segundo o cristianismo, há uma ação sobrenatural de Deus em favor da falibilidade natural humana da capacidade de conhecê-lo. Para os cristãos, o evento da encarnação do Verbo divino, concomitante com outras premissas, retifica a condição pecadora e concede uma nova possibilidade conhecimento, mais aprimorada, sobre quem é Deus, quais são seus atributos e qual é a sua vontade.

Assim, se a crença cristã for avalizada, encontramos razões suficientes para acreditar que, embora nosso aparato cognitivo seja limitado, há uma ação de Deus que nos permite uma crença verdadeira. Com isso, recuperamos a capacidade de, para além daquilo que as demais faculdades nos permitem conhecer de forma natural, conhecer o ser humano, a vida, e tantas outras questões, filosóficas ou

teológicas com maior clareza. Em suma, se a crença cristã alcança um caráter epistêmico, temos garantias para pensar sobre Deus e formularmos crenças a nível de conhecimento.

### **3 O modelo A/C estendido**

Após explicar os princípios básicos do seu modelo de aval, na segunda etapa da sua teoria, Plantinga submete a crença cristã a ele que, a partir disso, passa a se chamar Modelo A/C estendido. Nesta abordagem, o que está em jogo é se a crença especificamente cristã fundamentada na Trindade, na Encarnação, na Ressurreição, e na remissão do gênero humano através de Cristo, pode ser avaliada (Plantina, 2018, p. 255). O objetivo dessa nova aplicação do Modelo é demonstrar que a crença cristã não é objeto de pessoas fundamentalistas que aceitam uma fé de forma irracional, ou resultado de elucubrações de pessoas genuinamente mal-intencionadas no uso de suas faculdade e habilidades mentais em prol de desejos perversos, muito embora se constate esse tipo de malefício em diversas situações de instrumentalização do poder e da finalidade das igrejas cristãs ao longo da história. O que Plantinga quer demonstrar é que a crença cristã, aquela fundamental e autêntica, é o resultado da atividade intelectual de pessoas sinceras que utilizaram adequadamente de suas capacidades racionais e, por isso, dispõe de aval e, por conseguinte, é justificável racionalmente como todo e qualquer conhecimento.

O ponto de partida do Modelo A/C estendido é a premissa de que de Deus se comunicou com o ser humano, ou seja, revelou-se enquanto ele mesmo; porém sob um modo e em categorias passíveis de intelecção humana. Notemos que no primeiro modelo, de cunho teísta, o ponto de partida é a premissa de que Deus

criou o ser humano com capacidade para conhecê-lo dotando-o do *sensus divinitatis*. Contudo, ficou demonstrado que a condição de pecado<sup>15</sup> infligiu ao ser humano uma ‘deficiência cognitiva’. Isso significa que para o autêntico conhecimento de Deus, além da parte cognitiva natural, é preciso que a própria divindade se comunique e dê condições para a compreensão dessa comunicação.

Nesse ponto, a crença cristã se destaca, pois afirma que para reparar o *déficit* causado pelo pecado, Deus se revelou de várias formas, mas de maneira privilegiada em Cristo, a Palavra Encarnada. Esse processo de comunicação de Deus e reparação do pecado é denominado ‘Economia da Salvação’ e suas proposições, segundo Plantinga, são conhecidas partir de três elementos fundamentais: a Bíblia como fonte bibliográfica da história da salvação; o Espírito Santo como presença divina que repara as deficiências causadas pelo pecado; e a fé como conhecimento verdadeiro de Deus. Percebamos que em toda essa estrutura de argumentação as faculdades mentais estão trabalhando de forma ordenada e sincera. Ora, se partimos do ponto em que há um *déficit* cognitivo na capacidade de conhecer Deus, se ele se revela esse problema passa a ter solução.

---

<sup>15</sup> Nesse ponto, encontramos a seguinte explicação: “O que é pecado? Seja o que for, trata-se de algo incrivelmente profundo e elusivo. De acordo com o modelo, ocorre em primeiro lugar o fenômeno pecar: fazer o que é errado, contrário à vontade divina. Essa é ação pela qual o pecador se torna responsável; ele é culpado e merece censura - mas apenas se reconhecer que sua ação é pecado, ou se ele é culpável por não reconhecê-la. Há também a condição de estar em pecado, estado em que nós, seres humanos, nos encontramos desde o nascimento. O termo cristão tradicional para essa condição é ‘pecado original’. [...] O pecado original envolve igualmente o intelecto e a vontade; ele é cognitivo e afetivo. Envolve conhecimento e também amor e ódio. Por um lado, ele consiste em um tipo de cegueira, imperceptibilidade, obtusidade, estupidez. Essa é a limitação cognitiva que, acima de tudo, impede a vítima de obter o conhecimento do próprio Deus e da sua beleza, glória e amor; ela também impede a observação do que é digno de amor e o que merece ódio, do que deveríamos buscar e do que deveríamos rejeitar. Compromete assim o conhecimento de fato e o conhecimento de valor” (Plantinga, 2016, p. 106-108).



Se isso é verdadeiro ou falso é um segundo problema. O importante aqui é que há uma lógica interna coerente no argumento.

A partir desses princípios, Plantinga considera uma intersecção conceitual entre Calvino e Aquino, revelando uma síntese epistêmica entre as duas vertentes mais relevantes da compreensão cristã ocidental (protestante e católica). Em resumo, segundo Plantinga, tanto para Calvino quanto para Tomás de Aquino, a fé cristã implica um conjunto de proposições que constituem a comunicação de Deus sobre si mesmo, e uma intervenção divina na própria constituição e compreensão da crença. Por isso, no Modelo A/C estendido, a crença cristã não é produto apenas do funcionamento do *sensus divinitatis* em parceria com as demais faculdades da alma como no caso da crença teísta. Ela é essencialmente gerada em nós “pela obra do Espírito Santo, que nos faz aceitar essas verdades grandiosas do evangelho e causa em nós essas crenças” (Plantinga, 2018, p. 259). Além disso, o processo de composição da crença cristã exige um tipo de esforço intelectual para a compreensão e também uma atividade da vontade, tanto no admitir que as proposições são verdadeiras quando no aderir a esse conjunto de verdades. Em última análise, para Plantinga, o processo total da formação da crença cristã se dá exclusivamente mediante a fé<sup>16</sup>.

Nesse contexto, a fé cristã é mais do que identificar-se com uma mentalidade religiosa, senão que é acreditar que suas proposições constituintes

---

<sup>16</sup> Soares afirma que na visão de Plantinga, “a crença cristã é formada pela ação do Espírito Santo, um processo cognitivo, que leva o crente a aceitar e acreditar nas grandes verdades do evangelho; a crença cristã é um dom sobrenatural, pois não é formada pela operação normal das nossas faculdades cognitivas, mas por um processo cognitivo tencionado por Deus para funcionar como fonte doxástica de crenças a respeito das boas-novas de Jesus Cristo. Pelo fato de o crente conhecer as verdades do evangelho por meio do testemunho interno do Espírito Santo, ele não tem necessidade de provas: tais verdades são propriamente básicas para ele, tanto com respeito à justificação quanto em relação ao aval” (2019, p. 77).

realmente possibilitam o conhecimento da personalidade de Deus, de sua bondade que perdoa os pecados, que repara a capacidade cognitiva do ser humano para conhecê-lo, e que permite compreendermos como ele age<sup>17</sup>. Por isso, mesmo que os conteúdos da fé cristã possuam uma origem sobrenatural, enquanto um conjunto de crenças requerem, por si mesmos, justificação, racionalidade e aval. Portanto, as evidências da estrutura lógica de justificação dos aspectos cognitivos racionais em bom funcionamento e de um processo de produção de crença apropriado garantem à crença cristã legitimidade epistêmica. Esses aspectos são indispensáveis para que a fé cristã não seja caracterizada com uma algo meramente fundamentalista, mas como um conhecimento válido de pessoas em pleno uso de suas faculdades mentais devidamente ordenadas e saudáveis.

Os argumentos expostos até aqui levam Plantinga a defender que a crença gerada a partir da fé cristã é básica, ou seja, não deriva de outras proposições e nem se trata de uma atividade da percepção. Ela é dada diretamente graças a ação divina que instiga as pessoas a acreditarem que de fato o evangelho é a verdade de Deus. Nota-se que embora os textos bíblicos sejam uma narrativa testemunhada por pessoas humanas, para Plantinga, o Espírito Santo age de tal forma no interior das pessoas que elas validam a crença porque acreditam que a fundamentação desses textos é o testemunho do próprio Deus. Não se trata de um devaneio, ou de uma arrogância, mas de uma disposição sincera em assumir algo que surge basicamente no seu interior e que suporta várias objeções.

---

<sup>17</sup> Nas palavras do filósofo: “Ter fé é saber que Deus tornou possível que os seres humanos escapassem às devastações do pecado, restaurando a nossa relação correta com ele, e saber como Deus tornou isso possível; é, conseqüentemente, um conhecimento das linhas principais do evangelho cristão” (Plantinga, 2018, p. 262).

Plantinga ainda salienta que o fato desse processo não acontecer em todas as pessoas não descredibiliza o processo de composição da crença cristã. Ora, o próprio conhecimento científico e tantos outros tipos de saberes não ocorrem na mesma proporção em todas as pessoas, embora todas possuam as mesmas capacidades naturais. Desse modo, na argumentação de Plantinga, há possibilidade de justificação na crença cristã na medida em que, mesmo sofrendo objeções, ela continua basicamente clara na compreensão do crente.

A esses aspectos, junta-se à racionalidade interna da crença cristã um sistema de validação que Plantinga chamou de anuladores. Ora, além do do funcionamento adequado do aparato cognitivo e do esforço intelectual para sua formação, sendo a crença cristã essencialmente fundamentada na comunicação de Deus sobre si mesmo através do testemunho daqueles que falaram em nome dele e escreveram os textos sagrados, é necessário que ela seja submetida a um sistema de depuração racional para evitar sua manipulação indevida. Nesse processo, quanto mais a crença cristã supera seus anuladores, mais ela alcança justificação e aval. Além disso, a racionalidade interna da crença também possibilita a análise se ela se harmoniza ou não com outras crenças que possuam *status* epistêmico. Quanto mais ocorrer tal harmonia entre as crenças, mais a crença cristã está fundamentada racionalmente.

A partir desse ponto, o Modelo A/C estendido averigua se a fé cristã possui racionalidade externa, ou seja, se sujeitos com as mesmas disposições e em mesmas conjunturas podem constituir crenças iguais, ou muito próximas, ao disporem de suas faculdades mentais funcionando adequadamente em ambiente epistêmico adequado. Para Plantinga, a fé é justamente o processo cognitivo que permite a compreensão universal da crença cristã. Isso significa que todo e qualquer sujeito que se utilize dos requisitos básicos da fé poderá compreender

as garantias epistemológicas da crença cristã. Isso explicaria a conversão livre de muitas pessoas de outras cosmovisões ao cristianismo e a manutenção de um princípio de identidade (comunhão) entre todas as igrejas cristãs. Nesses termos, a fé “é um dispositivo cognitivo, um meio pelo qual a crença, e a crença em certo conjunto específico de tópicos, é produzida com regularidade e de maneira regular” (Plantinga, 2018, p. 268).

Nesse sistema, a fé, ao trabalhar instigada pelo Espírito Santo na busca sincera pela verdade, cumpre sua função epistêmica<sup>18</sup>. Além disso, Plantinga defende que a fé é uma faculdade dada por Deus para também no macroambiente as pessoas possam buscar a verdade. Em outras palavras, a fé foi dada por Deus para que mesmo num mundo marcado pelo pecado e com a cognição também afetada por ele, os seres humanos pudessem saber que estão reconciliados com o seu criador e que, por isso, readquiriam a possibilidade de conhecê-lo. Portanto, a fé, seja na intimidade do sujeito ou na sua interação num macroambiente, é um dispositivo pelo qual se pode conceber uma crença avalizada na medida em que os atos cognitivos estão funcionando ordenadamente e a crença produzida está totalmente adequada as estruturas próprias da fé.

---

<sup>18</sup> Conforme o autor: “A fé não deve ser contrastada com o conhecimento: a fé (pelo menos nos casos paradigmáticos) é conhecimento, e conhecimento de um tipo especial. Trata-se de conhecimento especial em pelo menos dois sentidos. Primeiro, seu objeto: o que se alega conhecer é (se verdadeiro) de importância ímpar, sem dúvida a coisa mais importante que alguém poderia conhecer. Contudo, também se trata de algo incomum pelo modo que esse conteúdo se torna conhecido; mediante um extraordinário processo cognitivo ou mecanismo de produção de crença. O processo de produção de crença envolvido é dual, ele envolve a Escritura divinamente inspirada (talvez de modo direto, ou talvez na ponta de uma cadeia de testemunhos), e também a instigação interna do Espírito Santo. Os dois elementos envolvem a atividade divina especial” (Plantinga, 2016, p. 128).

---

Todos esses argumentos possibilitados pelo Modelo A/C estendido convergem para a defesa de que a crença cristã de fato é avalizada. Por isso, para Plantinga, longe de ser um ‘salto no escuro’, a fé cristã nos moldes do Modelo A/C estendido é um processo dotado de garantias válidas para a formação de crença.

O caso da fé, esse conhecimento seguro e certo, é muito diferente. Para a pessoa de fé (pelo menos nos seus exemplos paradigmáticos), as coisas grandiosas do evangelho são claramente verdadeiras, óbvias, convincentes. Ela se vê convencida - tal como no caso de crenças claras de memória ou da crença em verdades elementares da aritmética. Fenomenologicamente, portanto, do ponto de vista interno, não há semelhança alguma com um salto no escuro. Nem há qualquer semelhança, é claro, no modelo, do ponto de vista externo. Não se trata de um salto no escuro, não somente porque a pessoa de fé está completamente convencida, mas também porque, de fato, a crença em questão satisfaz as condições da racionalidade e do aval (Plantinga, 2018, p. 275).

Em síntese, na perspectiva de Plantinga, a crença cristã deriva de um processo no qual o Espírito Santo repara e instiga a atividade cognitiva de tal forma que o crente intui nas Sagradas Escrituras uma doutrina, um conjunto de proposições, sobre Deus. Essa doutrina, embora redigida sob o testemunho de redatores humanos, é a comunicação da bondade do próprio Deus que revela pelo mesmo Espírito Santo seu desejo de reconciliar o gênero humano consigo. Todo esse processo gera no crente a fé, uma disposição dada os seres humanos por Deus para formularem crenças e aderirem àquilo que, pela Palavra e pelo Espírito, foi-lhes permitido conhecer. É por isso que Plantinga diz que a fé na doutrina do evangelho é algo revelado ao espírito humano e também selado nos corações<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Nas palavras de Plantinga: “O Espírito Santo produz um conhecimento no crente; ao selar esse conhecimento nos nossos corações, contundo, produz também as afeições corretas. A principal

Desse modo, pela fé, a condição necessária para o conhecimento de Deus, o ser humano direciona sua vontade para ele de tal modo a aprimorar sua vida prática segundo as leis que ele imprime em seu coração. Em última instância, isso significa que o conhecimento teórico de Deus necessariamente resulta numa vida ética viável e legítima como no caso de qualquer outro princípio moral dado pela reta razão. No entanto, a fé dispõe de maiores condições para fazer com que a vida prática seja pautada pelo conhecimento de Deus do que, por exemplo, a ciência tem a capacidade de fazer o ser humano ser ético. Plantinga ilustra esse argumento comparando os crentes com os demônios. Para o filósofo, os demônios até possuem crença em Deus, pois sabem que ele existe, mas não possuem fé, já que odeiam seus desígnios. Os crentes por sua vez, pela fé, além de possuírem o conhecimento, o amam na profundidade do seu ser e desejam estar em comunhão com ele.

Parafraseando Plantinga, outros tipos de conhecimento podem até deixar clara a necessidade ética, mas somente a fé faz com que a vida ética seja verdadeiramente uma necessidade do espírito humano. Assim, aquilo que é conhecido pela fé, no sentido do Modelo A/C estendido, por ser absolutamente básico e instigado pelo Espírito Santo, impele o coração humano a acreditar e amar mesmo que diante de várias objeções. Portanto, é legítimo pensar que a fé, sincera e reta, associada a um sistema cognitivo em bom funcionamento, é um

---

delas é o amor a Deus - desejar Deus, desejar conhecê-lo, ter uma relação pessoal com ele, desejar atingir determinado tipo de união com ele, assim como sentir deleite nele, desfrutar de sua beleza, grandiosidade, santidade, etc. Há também confiança, aprovação, gratidão, intenção de agradar, esperança por coisas boas e muito mais. A fé, portanto, não é apenas uma questão de acreditar em certas proposições - nem se quer nas proposições momentosas do evangelho. A fé é mais do que a crença; ao produzir a fé, o Espírito Santo faz mais do que gerar em nós a crença de que esta ou aquela proposição é realmente verdadeira. Como Tomás de Aquino repete quatro vezes em cinco páginas, 'o Espírito Santo torna-nos amantes de Deus'" (2018, p. 303).

---

procedimento válido para a composição de crenças verdadeiras o que diretamente implica em dizer que a crença cristã possui aval, ou seja, garantias epistêmicas de justificação.

### **Considerações finais**

Ao estudarmos a relação entre crença cristã e aval, desejamos evitar uma visão superficial e fundamentalista do cristianismo na contemporaneidade. É inegável o impacto da cosmovisão cristã na formação da humanidade ocidental, inclusive no seu desenvolvimento filosófico e científico. Diante de um cenário atual de crise, é importante saber se tal humanidade foi se desenvolvendo a partir de um autêntico e sincero conhecimento da fé, ou a partir de uma superstição religiosa.

Ora, se Freud e Marx estiverem certos, somente extirpando o cristianismo poder-se-ia buscar uma alternativa viável para a superação da crise contemporânea. Seria ingenuidade de nossa parte continuarmos pautando nossa vida e cultura numa crença que nasce da fantasia cujo objetivo é a satisfação do desejo de proteção, ou que nasce do mau funcionamento das nossas capacidades cognitivas. Contudo, se Plantinga estiver certo e de fato a crença cristã possuir aval, ao resgatarmos sua essência, ou seja, seu modo genuíno de ser, seu impulso filosófico, e seus conteúdos universais, poderemos encontrar um caminho de restauração da nossa capacidade cognitiva genuína que nos leve a uma vida prática autêntica em função do bem de todos, já que Deus criou e amou a todos.

Nesse contexto, com Plantinga, buscamos um conjunto argumentativo filosófico que evidencie a credibilidade da crença cristã como um tipo especial de conhecimento. Ao ser avalizada, a crença cristã dispõe de autoridade epistêmica,



e não meramente religiosa, ao propor suas teses, antropológicas e sociais, como caminhos eficientes para a felicidade, como por exemplo, a vida moral reta, a fraternidade, a cooperação, a conversão, o sacrifício, a caridade, etc. Não se trata de propor o cristianismo como a forma suprema do conhecimento pela fé, mas de assegurar-lhe sua credibilidade própria e também de estabelecer uma crítica a suas distorções e manipulações escusas. Devemos concordar com Plantinga que a medida em que o aval da crença cristã fica comprovado, sua possibilidade de ser verdadeira aumenta. E, sendo verdadeira tratar-se-ia do conhecimento mais importante porque além de revelar a existência e a personalidade de Deus, tornaria claro o fim último do homem.

No entanto, é comprovado que ao longo da história da humanidade muitas atrocidades foram legitimadas com proposições religiosas, inclusive cristãs. Porém, caberia averiguar se essas proposições possuem aval e se genuinamente fazem parte do arcabouço teórico autêntico da fé cristã ou se não passam de teses falsas em função de interesses secundários. O que precisa ficar claro é que na teoria de Plantinga o que tem aval é o conteúdo universal da crença cristã, aquilo que de fato o cristianismo é por essência. Suas deturpações, que na nossa compreensão são as objeções mais evidentes, em nada negam suas garantias próprias. E sob esse olhar, até mesmo a história ocidental se torna testemunha do aval dos conteúdos da fé cristã, já que em vários momentos complexos, foi justamente essa crença que motivou e pautou a reestruturação da sociedade e garantiu a manutenção de princípios universais tais como o conhecimento da verdade, a dignidade da pessoa humana, e os próprios direitos humanos.

## Referências

DICIONÁRIO teológico enciclopédico. São Paulo: Loyola, 2003.

PLANTINGA, Alvin. **Conhecimento e crença cristã**. Brasília, DF: Academia Monergista, 2016.

PLANTINGA, Alvin. **Crença cristã avalizada**. São Paulo: Vida Nova, 2018.

PLANTINGA, Alvin. **Deus, a liberdade e o mal**. São Paulo: Vida Nova, 2020.

PORTUGAL, Agnaldo Cuoco. O cristão contra-ataca: Alvin Plantinga e as críticas ao naturalismo ontológico. **Agnes**, São Paulo, v. 7, p. 61-68, 2. sem., 2017.

Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/agnes/article/view/44931/29760>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SOARES, Emerson Martins. **Aval epistemológico e teísmo**: o modelo de Alvin Plantinga da crença cristã avalizada. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade Federal de Pelotas – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Pelotas, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgfil/files/2022/11/Aval-epistemico-e-teismo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. v. 1. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora, 1980.